



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ORDEM DE SERVIÇO nº 08/2018

Regula o funcionamento da Defensoria Pública do Estado no período de 20 de dezembro de 2018 a 06 de janeiro de 2019.

O **DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 100 da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994.

CONSIDERANDO a edição da Resolução nº 02/2014, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que dispõe sobre a suspensão do expediente no período natalino e de final de ano;

CONSIDERANDO a edição do Ato nº 05/2018-1ª VP, da 1ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que regulamenta o funcionamento dos plantões jurisdicional e administrativo durante a suspensão do expediente no período natalino e de final de ano 2018/2019;

CONSIDERANDO que, em significativo número de comarcas, a sede da Defensoria Pública está localizada no interior dos foros; e

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar o funcionamento e a prestação dos serviços da Defensoria Pública de modo a garantir o atendimento àqueles que necessitem;

DETERMINA:

Art. 1º No período de 20 de dezembro de 2018 a 06 de janeiro de 2019, fica suspenso o expediente no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, com exceção dos regimes de plantão junto à Área Judiciária e ao Departamento Estadual da Criança e do Adolescente e ao Foro Central (plantão noturno), na Capital, do atendimento junto ao Projeto Justiça Instantânea e ao Projeto Audiência de Custódia, na Capital, bem como do sistema de plantão instalado na sede da Defensoria Pública de Santa Maria, cujas atividades não sofrerão alteração.

§ 1º Nas comarcas onde são realizadas audiências de custódia, será responsável pela participação o agente que estiver na escala do dia correspondente.

§ 2º Os atendimentos realizados até 19 de dezembro de 2018 não poderão ser reagendados para o período disposto no *caput*, assim como eventuais medidas urgentes não poderão ser transferidas para o Defensor plantonista, devendo ser providenciadas pelo Defensor responsável antes do início do período de recesso.

Art. 2º Durante o período fixado no artigo anterior, a Defensoria Pública atenderá as medidas de urgência, no ajuizamento de novas ações ou nas ações em curso, bem como em demandas de natureza extrajudicial, no âmbito do 1º e 2º graus.

§ 1º Em caso de existência de atendimentos já agendados para o período definido no artigo 1º, com a finalidade de minorar eventuais prejuízos aos assistidos, deverão estes ser antecipados, conforme agenda de atendimentos.

§ 2º Os pedidos de bloqueio de valores em processos que visem ao direito constitucional à saúde são considerados medidas de urgência, devendo tal atendimento ser realizado em regime de plantão.

DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO

Rua Sete de Setembro, 666, 7º andar

Centro Histórico – Porto Alegre/RS

Brasil – CEP: 90010-190

Telefone: (0xx51) 3210-9408



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Art. 3º Na Comarca de Porto Alegre, o número de Defensores Públicos responsáveis pelo atendimento obedecerá aos seguintes critérios:

I – as Defensorias Públicas de Segundo Grau contarão com um Defensor Público para cada área de atuação (cível e criminal);

II – as Defensorias Públicas dos Foros Regionais contarão com um Defensor Público responsável para cada Foro Regional;

III – as Defensorias Públicas Especializadas em Atendimento e Ajuizamento terão um Defensor Público responsável, incluída na escala a 1ª Defensoria Pública Especializada em Infância e Juventude do Foro Central, sendo as atividades concentradas na Unidade Central de Atendimento e Ajuizamento, local em que será estruturada equipe de servidores plantonistas para o recebimento das demandas de urgência;

IV – as Defensorias Públicas do Foro Central de Porto Alegre contarão com um Defensor Público em cada conjunto de Defensorias Públicas Especializadas, exceto as Defensorias Especializadas da Infância e Juventude do Foro Central, em Família e em Violência Doméstica;

V – a Defensoria Pública Especializada em Violência Doméstica integrará a escala das Defensorias Públicas Especializadas em Família;

VI – as 2ª, 3ª e 9ª Defensorias Públicas Especializadas em Infância e Juventude do Foro Central atuarão em regime de escala individual e única, na área cível, enquanto as 4ª, 6ª, 7ª e 8ª Defensorias Públicas Especializadas em Infância e Juventude do Foro Central atuarão em regime de escala individual e única, no âmbito da execução das medidas socioeducativas.

§ 1º Os Defensores Públicos plantonistas na capital deverão, diariamente, no início das atividades, receber as intimações das decisões proferidas no período do recesso, no respectivo cartório judicial.

§ 2º No Foro Central, haverá sala de apoio da Defensoria Pública, com, no mínimo, um servidor, mediante escala a ser definida pela Subdefensoria Pública-Geral para Assuntos Administrativos.

Art. 4º Nas demais comarcas do Estado, o número de Defensores Públicos responsáveis pelo atendimento obedecerá aos seguintes critérios:

I – nas comarcas que contarem com até 07 (sete) Defensorias Públicas, um agente exercerá a escala diária.

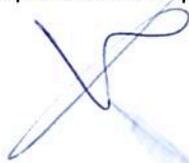
II – nas comarcas que contarem com 08 (oito) ou mais Defensorias Públicas, dois Defensores Públicos serão responsáveis pela escala diária, podendo ser individualizada a área de atuação.

Parágrafo único. O atendimento pelos Defensores Públicos durante o recesso poderá ser regionalizado, de forma a abranger duas ou mais Defensorias Públicas Regionais, a pedido dos Diretores Regionais correspondentes, a ser apreciado e estabelecido pelo Defensor Público-Geral do Estado.

Art. 5º A escala deverá ser ajustada pelo Diretor Regional em cada Defensoria Pública Regional ou local de atendimento e encaminhada por meio do Sistema *Workflow* até o dia 14 de dezembro de 2018, com os números dos telefones dos Defensores Públicos responsáveis.

§ 1º Caso não ocorra consenso entre os agentes, todos responderão pelas urgências.

§ 2º Os Diretores Regionais deverão, até o dia 14 de dezembro de 2018, comunicar a escala ao Poder Judiciário, ao Ministério Público, à Delegacia de Polícia, ao Conselho Tutelar e à Ordem dos Advogados do Brasil por meio eletrônico ou físico, mantendo arquivada a comprovação.





DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Art. 6º Na sede administrativa da Defensoria Pública, na Capital, será estruturada equipe de triagem formada por Defensores Públicos da Administração Superior e dos Núcleos Especializados, bem como por servidores e estagiários, a qual atuará em regime de escala, sendo responsável pelo atendimento das linhas telefônicas informadas à população em todo o Estado, mediante verificação da situação consultada e contato com o Defensor Público responsável para realizar o atendimento, quando presente a situação de urgência.

§ 1º A equipe de triagem exercerá suas funções no período disposto no artigo 1º das 09 às 18 horas, inclusive na sexta-feira, dia 04 de janeiro de 2019, com exceção dos finais de semanas e dos dias 24, 25 e 31 de dezembro de 2018, assim como do dia 1º de janeiro de 2019, em que não será realizado o serviço de triagem.

§ 2º As atividades da equipe de triagem serão orientadas pelo Defensor Público em atividade e, dentre os servidores da escala do dia, será designado um como Coordenador, o qual auxiliará os demais componentes da equipe e será responsável por contatar o Defensor plantonista, realizando o agendamento competente, na forma do disposto no artigo 8º da presente ordem de serviço.

§ 3º Os Defensores Públicos e servidores que integrarem a equipe de triagem deverão utilizar as linhas diretas nas ligações para telefones fixos, e os telefones móveis, que serão disponibilizados pela Subdefensoria Pública-Geral para Assuntos Administrativos, nas ligações para telefones móveis.

§ 4º Deverá ser registrado em ata cada vez que as Delegacias de Polícia efetuarem ligações para realizar a entrega de flagrantes, contatando-se o Defensor Público plantonista para o devido encaminhamento.

Art. 7º Para fins do disposto no artigo anterior, será possibilitada a realização de chamadas a cobrar, a fim de viabilizar o contato telefônico gratuito.

§ 1º O número de telefone para ligações efetuadas da capital é 9090-3221.2366.

§ 2º O número de telefone para ligações efetuadas do interior é 901451-3221.2366.

Art. 8º Verificada a necessidade de atuação de Defensor Público plantonista, a equipe de triagem agendará o atendimento de urgência para o mesmo dia e orientará o interessado a comparecer à sede da Defensoria Pública, comunicando, imediatamente, o Defensor Público responsável que deverá comparecer ao local de atendimento.

§ 1º Verificada a necessidade de atuação de Defensoria Pública Especializada em Atendimento e Ajuizamento, a equipe de triagem encaminhará a ligação para os servidores plantonistas da referida unidade, para finalização do atendimento telefônico, agendamento no Portal da Defensoria e contato com o Defensor Público responsável.

§ 2º Fica mantida a obrigatoriedade do uso do Portal da Defensoria durante todo o período disposto no artigo 1º, devendo, inclusive, o Defensor Público que realizar a atuação de urgência fazer o registro do atendimento, inclusive telefônico, e das medidas adotadas a partir do agendamento feito pela equipe de triagem.

Art. 9º Os Diretores Regionais deverão promover a publicização da presente determinação nas suas respectivas sedes de atuação, com afixação de cartazes em lugares de fácil visibilidade aos assistidos, a





DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

partir do dia 1º de dezembro do corrente, conforme modelo de aviso a ser fornecido para Subdefensoria Pública-Geral para Assuntos Administrativos.

Art. 10. Em caso de comprovada necessidade de reforço do serviço regulamentado por esta normativa, serão designados para atuar, preferencialmente, os Defensores Públicos que estiverem exercendo substituição por férias, licenças ou afastamentos no período fixado no artigo 1º desta Ordem de Serviço.

Art. 11. Os Defensores Públicos que possuírem atividades perante outras Instituições deverão comparecer a todos os atos para os quais estiverem intimados.

Parágrafo Único. Poderá o Defensor Público devidamente intimado para o compromisso extrajudicial solicitar ao responsável que o substitua, mediante prévio acordo e anuência expressa deste, comunicando previamente o fato à Subdefensoria Pública-Geral para Assuntos Institucionais.

Art. 12. No período fixado no artigo 1º, os servidores ficarão de sobreaviso, ficando a cargo dos Diretores Regionais ou da chefia imediata a organização do serviço, conforme a necessidade.

Parágrafo único. A dispensa dos estagiários no período será de responsabilidade de cada Defensor Público orientador.

Art. 13. Em havendo casos excepcionais, deverão estes ser submetidos à Subdefensoria Pública-Geral para Assuntos Institucionais.

Art. 14. As determinações dos artigos 1º, 2º, 3º e 4º aplicam-se inclusive às unidades de atendimento e ajuizamento, bem como às sedes próprias da Instituição.

Art. 15. Esta ordem de serviço entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**Cumpra-se.
Registre-se.
Publique-se.**

Porto Alegre, 31 de outubro de 2018.


CRISTIANO VIEIRA HEERDT
Defensor Público-Geral do Estado

Publicado no
DED de 05 / 11 / 18
Pág. nº 257
complementar

